

## **Aula 02**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

**Thaís de Cássia Rumstain**

06 de Junho de 2025

# COMPETÊNCIA

## Sumário

O que é mais cobrado dentro do assunto? .....	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque .....	2
Súmulas Sobre Competência e Conflito de Competência .....	12
Questões estratégicas.....	14
Questionário de revisão e aperfeiçoamento.....	20
Perguntas.....	20
Perguntas com respostas.....	21
Lista de Questões Estratégicas .....	27
Gabarito.....	31

## O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de 2020 a 2025, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOCP**, exclusivamente para o **nível superior**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual

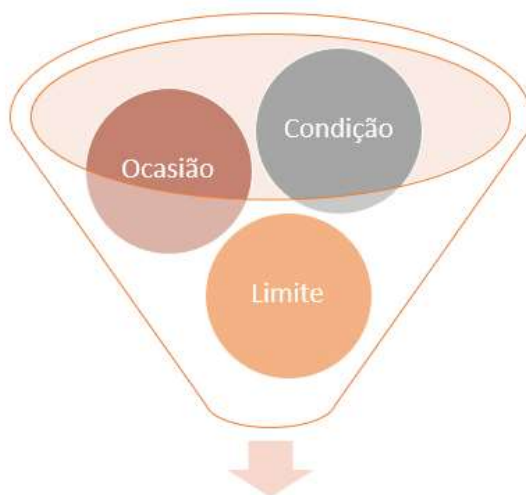
Tópico		% de cobrança Instituto AOCP
Da Competência	Disposições Gerais	66,67%
	Da Modificação da Competência	33,33%
	Da Incompetência	0,00%



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

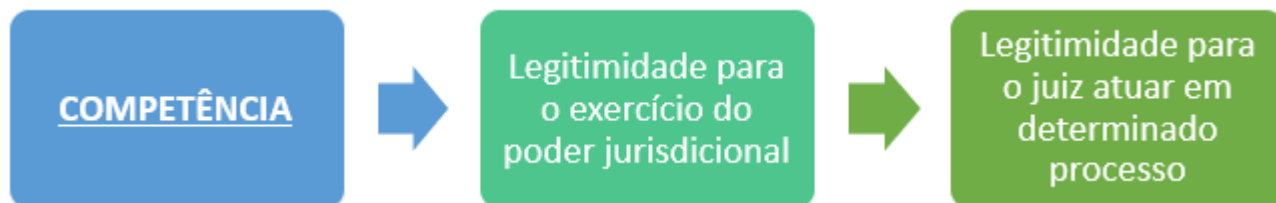
### COMPETÊNCIA

- Como vimos, a **JURISDIÇÃO** é o poder de **JULGAR** e **EXECUTAR**, conferido aos órgãos judiciais. A **COMPETÊNCIA** pode ser entendida como o **LIMITE DA JURISDIÇÃO** exercida pelos órgãos.
- A competência define a jurisdição dos órgãos, delimitando a ocasião, as condições e os limites de exercício dos poderes:



#### Competência do Órgão

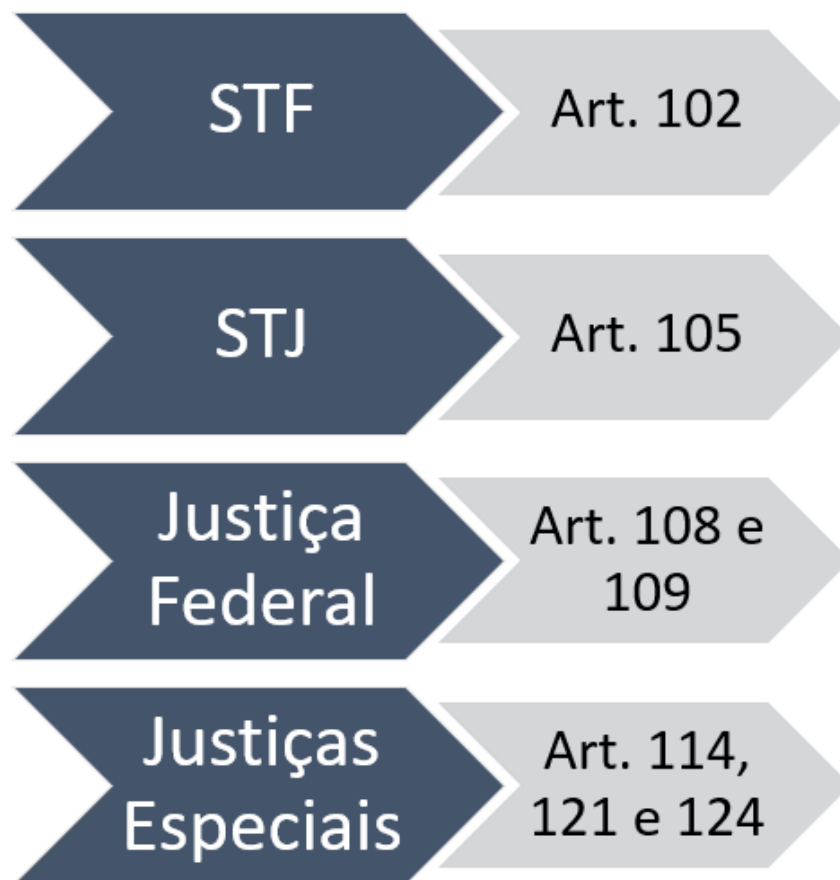
- De acordo com Humberto Theodoro Jr., competência *"é justamente o critério de distribuir entre os vários órgãos judiciários as atribuições relativas ao desempenho da jurisdição"*. Segundo Marcato, são *"os limites legais impostos ao exercício válido do poder jurisdicional"*. Em outras palavras, é o limite que se impõe ao Estado, que pode ser de natureza legislativa, administrativa ou jurisdicional. A competência jurisdicional, foco do nosso estudo, se traduz no poder atribuído a um determinado juízo, que só poderá exercer sua jurisdição dentro de suas competências.



- A primeira distribuição de competência ocorre na Constituição Federal, ao **dividir a jurisdição em relação às matérias: militar, eleitoral, trabalhista, federal e estadual**, restando a essa última uma **competência residual**. Em sequência, as Constituições



Estaduais, as Leis Estaduais e Federais, bem como os Regimentos dos Tribunais, também estabelecerão regras de competência.



- Quando estudamos jurisdição, vimos que a legislação estabelece os casos que serão julgados exclusivamente ou não pela Justiça Brasileira, e disso decorre a **COMPETÊNCIA INTERNACIONAL**. É o que estabelece os artigos 21 a 25 do CPC:

**Art. 21.** *Compete à autoridade judiciária brasileira* processar e julgar as ações em que:

*I - O réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;*

*II - No Brasil tiver de ser cumprida a obrigação;*

*III - O fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.*

*Parágrafo único. Para o fim do disposto no inciso I, considera-se domiciliada no Brasil a pessoa jurídica estrangeira que nele tiver agência, filial ou sucursal.*

**Art. 22.** *Compete, ainda, à autoridade judiciária brasileira* processar e julgar as ações:

*I - De alimentos, quando:*

*a) o credor tiver domicílio ou residência no Brasil;*



*b) o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos;*

*II - Decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil;*

*III - Em que as partes, expressa ou tacitamente, se submeterem à jurisdição nacional.*

**Art. 23.** Compete à *autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:*

*I - Conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil;*

*II - Em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional;*

*III - em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.*

**Art. 24.** A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.

*Parágrafo único.* A pendência de causa perante a jurisdição brasileira não impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

**Art. 25.** *Não compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.*

*§ 1º Não se aplica o disposto no caput às hipóteses de competência internacional exclusiva previstas neste Capítulo.*

*§ 2º Aplica-se à hipótese do caput o art. 63, §§ 1º a 4º.*

- De acordo com os artigos citados, temos que a **COMPETÊNCIA INTERNACIONAL** pode ser dividida em **CUMULATIVA** ou **CONCORRENTE** e **EXCLUSIVA**:



## Cumulativa

- Réu domiciliado no Brasil
- Cumprimento da obrigação no Brasil
- Fato ou ato ocorrido/praticado no Brasil
- Alimentos – quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil ou se o réu tiver vínculos no Brasil
- Decorrente de ações de consumo, quando o consumidor tiver residência ou domicílio no Brasil
- As partes elegerem a jurisdição nacional

## Exclusiva

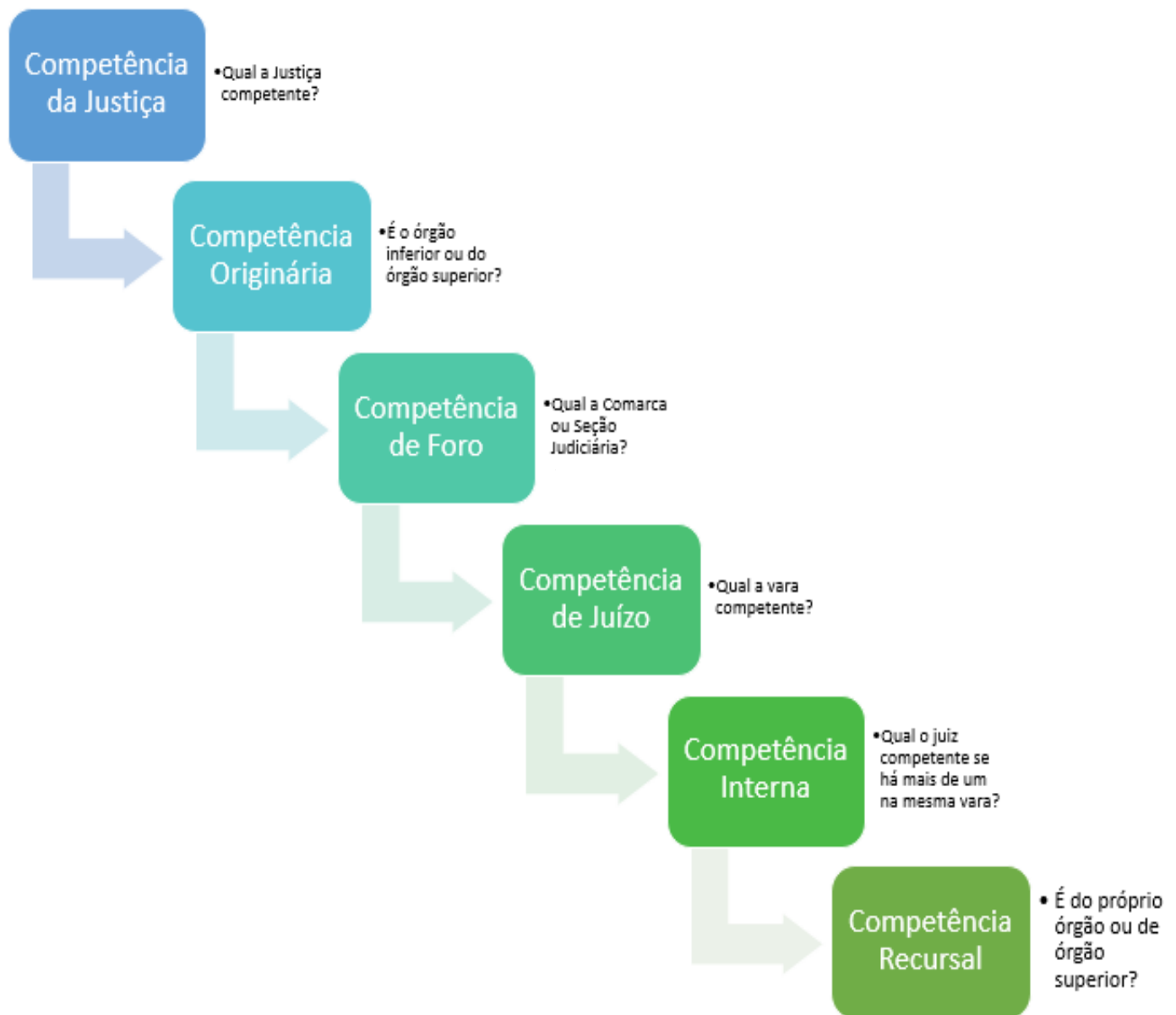
- Imóveis situados no Brasil
- Sucessão hereditária quando os bens estejam situados no Brasil
- Em ação de divórcio, separação ou dissolução de união estável com bens situados no Brasil

- Definida que a competência é da Justiça Brasileira, será necessário estabelecer o órgão jurisdicional competente, ou seja, a **COMPETÊNCIA INTERNA**, estabelecida pelo Código de Processo Civil (art. 42 a 53).

*Art. 42. As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei.*

- Sobre a competência interna, devemos nos fazer algumas perguntas:





- A competência em matéria civil é **RESIDUAL**, ou seja, excluídas as matérias Trabalhista, Militar, eleitoral e Penal, teremos a jurisdição civil e que se divide:



# JURISDIÇÃO CIVIL

FEDERAL  
Definida pela CF

ESTADUAL

Em razão  
da PESSOA

Em razão da  
MATÉRIA

Competência  
residual

União,  
Autarquia,  
Empresa  
Pública  
Federal

Estado  
Estrangeiro,  
organismo  
intern.,  
município  
ou pessoa  
domiciliada  
ou  
residente  
no Brasil

Mandado  
de  
segurança.  
Habeas  
data  
contra  
autoridade  
federal

Tratado ou  
contrato  
da União  
com  
Estado  
estrangeiro  
ou  
organismo  
internac.

Disputa  
sobre  
direitos  
indígenas

Execução  
de carta  
rogatória

Causas  
referentes  
à nacionali-  
dade

Causas  
relativas à  
grave  
violação de  
Direitos  
Humanos

Causas da  
Previdênci  
a Social

Processos  
falimenta-  
res

Litígios de  
acidentes  
do  
trabalho

Outras  
causas  
definidas  
por lei

- O novo CPC alterou os critérios de fixação de competência, que **não se dá mais pelo momento da "propositura da ação"**, mas sim, quando **da "distribuição da ação"**, conforme **art. 43, CPC**. Essa modificação também se aplicará para resolver controvérsia quanto a **prevenção**, disciplinada no **art. 59, CPC**.

Art. 43. Determina-se a **competência no momento do registro ou da distribuição** da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimem órgão ou alterarem a competência absoluta.

Art. 59. O **registro** ou a **distribuição** da petição inicial **torna prevento o juízo**.





- Importante recordar que a competência se estabelece no momento da distribuição da ação, evitando que o processo seja redirecionado a outra vara, exceto se o tribunal possuir varas especializadas definidas através de regimento interno.



Competência Originária	Competência Derivada
Normalmente é do juiz de primeiro grau, embora os Tribunais de Justiça também tenham competência originária, como ocorre, por exemplo, no julgamento de ações rescisórias.	Como regra geral, trata-se de uma competência própria dos Tribunais, em grau de recurso. Importante recordar que há casos em que o recurso será julgado pelo próprio juiz (execução fiscal de pequeno valor).



Competência Absoluta	Competência Relativa
Não se altera em razão de conexão ou continência	Pode ser alterada em razão de conexão ou continência
Pode ser reconhecida de ofício	Não pode ser reconhecida de ofício
Autoriza a propositura de ação rescisória	Não autoriza a propositura de ação rescisória
Pode ser suscitada por qualquer parte envolvida no processo	Apenas o réu e o Ministério Público podem suscitá-la
Não admite composição	Pode ser alterada por acordo



**Súmula 33 STJ** – A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.

**Súmula 540 STJ** – Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou do domicílio do réu.

**Súmula 206 STJ** – A existência de vara privativa, instituída por lei estadual, não altera a competência territorial resultante das leis de processo.

- É importante recordar os critérios de fixação da competência: **objetivo** (valor da causa, natureza da ação ou qualidade da parte); **funcional** (no primeiro grau, trate-se do foro e do juiz e no segundo grau, o tribunal, câmara e relator) e **territorial** (domicílio da parte, a localização da coisa ou do local dos fatos).
- Causas envolvendo o Poder Público – O CPC colocou em sintonia as regras que estavam previstas na CF (**art. 108 e 109, por exemplo**) e as Súmula do STJ sobre o tema. **O art. 45, CPC** disciplinou a competência em razão do ingresso do ente federal no processo.

**Súmula 150 STJ** – Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.

**Súmula 224 STJ** - Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito.

- Nas causas envolvendo o Estado ou o Distrito Federal será competente o domicílio do réu, quando o ente for o autor da ação. Quando o ente for demandado, haverá concorrência entre o domicílio do autor, do ato/fato que originou a demanda, da situação da coisa objeto do processo e, por último, da própria capital do ente



federado (art. 51, CPC). Trata-se de uma competência *ratione personae* e, por isso, absoluta.

- No âmbito do direito sucessório, que englobam a partilha extrajudicial de bens e o autor da herança sem domicílio certo, o CPC estabeleceu que será o domicílio do autor da herança e quando o domicílio for incerto, passa a ser competente o foro da situação dos bens imóveis do de cujus (art. 48, CPC).
- No direito de família, envolvendo as ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento de união estável, o novo CPC trouxe mudanças significativas que merecem atenção na hora dos estudos. O critério está definido no art. 53, do CPC e o foco da competência que antes era de um dos integrantes do casal, agora se estende aos filhos, com especial relevância o último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz, passou a ser a regra geral:

**Art. 53.** *É competente o foro:*

*I - Para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:*

- a) de domicílio do guardião de filho incapaz;
- b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;
- c) de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal;

*II - De domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); (Incluída pela Lei nº 13.894, de 2019)*

- Em relação aos idosos, segue-se a regra do local de sua residência, nos termos do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) e art. 53, III, e do CPC.
- Outra novidade são as demandas envolvendo reparação de danos em razão do ofício, dos atos do cartório notarial que agora tem foro definido na sede da serventia notarial, nos termos do art. 53, III, f, CPC.
- Nos casos de acidentes envolvendo aeronaves, a regra será do domicílio do autor ou do local do fato, de acordo com a regra fixada no art. 53, V, CPC.



- Importante estar atento às regras de modificação de competência, estabelecidas nos casos de **conexão e continência**, com o objetivo de se evitar decisões conflitantes.

Conexão	Continência
Haverá conexão de causas quando houver identidade ou de pedido ou de causa de pedir. ( <b>art. 55, caput, CPC</b> )	Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras. ( <b>art. 56, CPC</b> )
Trata-se de questão de ordem pública e pode ser reconhecida de ofício.	Não se trata de matéria de ordem pública, cabendo a arguição pelas partes.
Não poderá ser reconhecida de uma das causas já estiver sentenciada. ( <b>Súmula 235, STJ</b> )	Não haverá reunião dos processos, caso a ação continente tenha sido proposta antes da ação contida, esta segunda será extinta sem julgamento de mérito.  ( <b>art. 57, CPC</b> )

**Posição do STJ** – a reunião ou não das causas, por conexão, constitui faculdade do órgão judicial, que a seu critério verificará a utilidade do julgamento simultâneo, observada diante do caso concreto.

- Houve importante mudança no critério para estabelecer a **prevenção do juiz**, que passou a ocorrer de acordo com o registro ou distribuição da ação e não mais atrelada ao juiz que primeiro despachasse a inicial (**art. 59, CPC**).
- Atenção às regras de prorrogação de competência que passou a ser arguida em preliminar de contestação e com a possibilidade de arguição do Ministério Público (**art. 65, CPC**). O STJ entende que não cabe a arguição pelo Ministério Público quando ele estiver atuando como *custos legis*, salvo se demonstrado e evidente prejuízo ao processo.



- A arguição de incompetência relativa também ocorrerá em preliminar de contestação. A incompetência absoluta pode ser arguida a qualquer tempo e qualquer grau de jurisdição, todavia, o réu leniente responderá pelos prejuízos que der ao processo em razão da demora em argui-la.
- O novo Código de Processo Civil trouxe uma novidade em relação aos atos praticados pelo juiz incompetente que deverão ser preservados quando do traslado do processo para o outro juízo, trata-se do aproveitamento dos atos processuais. Nas próximas revisões trataremos em especial das nulidades processuais e retomaremos esse assunto nos estudos.

## SÚMULAS SOBRE COMPETÊNCIA E CONFLITO DE COMPETÊNCIA

**Súmula 206/STJ** - A existência de vara privativa, instituída por lei estadual, não altera a competência territorial resultante das leis de processo.

**Súmula 11/STJ** - A presença da União ou de qualquer de seus entes, na ação de usucapião especial, não afasta a competência do foro da situação do imóvel.

**Súmula 363/STF** - A pessoa jurídica de direito privado pode ser demandada no domicílio da agência, ou estabelecimento, em que se praticou o ato.

**Súmula 556/STF** - É competente a Justiça comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista.

**Súmula 42/STJ** - Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.

**Súmula 517/STF** - Associedades de economia mista só têm foro na Justiça Federal, quando a União intervém como assistente ou opoente.



**Súmula 66/STJ** - Compete à Justiça Federal processar e julgar execução fiscal promovida por Conselho de fiscalização profissional.

**Súmula 254/STJ** - A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminado no Juízo Estadual.

**Súmula 150/STJ** - Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.

**Súmula Vinculante 27/STF** - Compete à Justiça Estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente nem opoente.

**Súmula 218/STJ** - Compete à Justiça dos Estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão.

**Súmula 363/STJ** - Compete à Justiça estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente.

**Súmula 82/STJ** - Compete à Justiça Federal, excluídas as reclamações trabalhistas, processar e julgar os feitos relativos a movimentação do FGTS.

**Súmula 235/STJ** - A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.

**Súmula 59/STJ** - Não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos Juízos conflitantes.

**Súmula 3/STJ** - Compete ao Tribunal Regional Federal dirimir conflito de competência verificado, na respectiva Região, entre Juiz Federal e Juiz Estadual investido de jurisdição federal.



**Súmula 428/STJ** - Compete ao Tribunal Regional Federal decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.

**Súmula 236/STJ** - Não compete ao Superior Tribunal de Justiça dirimir conflitos de competência entre juízos trabalhistas vinculados a Tribunais Regionais do Trabalho diversos.

## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(FCC/2025/TRT - 6ª Região/Analista Judiciário/Área Judiciária) Atenção: Considere o Código de Processo Civil brasileiro para responder à questão.

Clarice pretende ajuizar ação de divórcio. Atualmente, ela mora em Recife-PE e o marido, de quem já está separada de fato, mora em Olinda-PE. A última residência do casal foi em Petrolina-PE, não tiveram filhos, não adquiriram bens e não houve violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse caso, com base nas informações fornecidas, é competente o foro

- A) de domicílio do réu.
- B) de qualquer das partes, à escolha da autora.
- C) do local onde foi celebrado o casamento.
- D) de domicílio da mulher.
- E) do último domicílio do casal.

### Comentários

A alternativa correta é a letra A, posto que se mostra de acordo com o art. 53, I, c, do CPC/15:

Art. 53. É competente o foro:

I - para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:

- a) de domicílio do guardião de filho incapaz;
- b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;
- c) de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal;
- d) de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

**Gabarito: Letra A.**



2.(FCC/2025/DPE SP/Analista de Defensoria) Maria buscou atendimento na Defensoria Pública de São Paulo para ajuizar ação de divórcio. Maria, já separada de fato, atualmente reside em São José dos Campos. O réu, José, mora em Paraibuna-SP. Ambos, quando residiam juntos, tiveram como último domicílio do casal a cidade de Taubaté-SP. O casal não teve filhos, porém Maria relata ter sido vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher. O casal adquiriu apenas um bem imóvel no litoral. O foro competente para a ação é o

- A) local do bem imóvel adquirido pelo casal.
- B) domicílio do réu.
- C) último domicílio do casal.
- D) domicílio da mulher.
- E) qualquer dos domicílios, à escolha da mulher.

### Comentários

A assertiva certa é a letra D, segundo se demonstra no art. 53, I, D, do Código Processual Civil:

Art. 53. É competente o foro:

I - para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:

- a) de domicílio do guardião de filho incapaz;
- b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;
- c) de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal;
- d) de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)*;

**Gabarito: Letra D.**

3.(FCC/2024/TRF 3ª REGIÃO/Técnico Judiciário) De acordo com o Código de Processo Civil, o Juiz conhecerá de ofício da

- A) incompetência relativa, extinguindo o processo com resolução de mérito.
- B) incompetência absoluta, extinguindo o processo sem resolução de mérito.
- C) convenção de arbitragem, extinguindo o processo com resolução de mérito.
- D) litispendência, determinando a reunião dos processos no juízo que houver despachado em primeiro lugar.
- E) incompetência absoluta, determinando a remessa dos autos ao juízo competente.

### Comentários

A letra E se mostra correta, visto que está em harmonia com o art. 64, §§ 1º e 2º, do NCPC:





Art. 64. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.

§ 1º A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

§ 3º Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.

**Gabarito: Letra E.**

**4.(FCC/2023/TRT 12ª Região/Analista Judiciário/Área Judiciária) Sobre a competência no Código de Processo Civil, a ação fundada em direito pessoal ou direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro**

- A) de domicílio do réu.
- B) de qualquer uma das partes, à escolha do autor.
- C) da situação da coisa móvel, cujo juízo tem competência absoluta.
- D) de domicílio do autor.
- E) de eleição, cujo juízo tem competência absoluta.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a letra A. Trata-se de ordem expressa no art. 46 do CPC/15:

Art. 46. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.

**Gabarito: Letra A.**

**5.(FCC/2023/TRT 18ª Região/Analista Judiciário/ Área Judiciária) De acordo com o Código de Processo Civil, a competência em razão do valor é**

- A) relativa, tal como a competência em razão da pessoa, podendo ser modificada por convenção das partes.
- B) relativa, tal como a competência em razão da função, não podendo ser modificada por convenção das partes.
- C) absoluta, tal como a competência em razão da pessoa, não podendo ser modificada por convenção das partes.
- D) absoluta, tal como a competência em razão da matéria, podendo ser modificada por convenção das partes.
- E) relativa, tal como a competência em razão do território, podendo ser modificada por convenção das partes.



## Comentários

A assertiva correta é a letra E. Observe o que dita o NCPC sobre a matéria:

Art. 62. A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.

Art. 63. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.

**Gabarito: Letra E.**

### 6.(FCC/2022/DETRAN AP/Analista Jurídico em Trânsito) Segundo o que estabelece o Código de Processo Civil, é competente o foro

A) de domicílio do réu, apenas, para a ação de reparação de danos sofrido em razão de acidente de veículos.

B) de situação de qualquer um dos bens imóveis deixados pelo autor da herança, se este não possuía domicílio certo.

C) do local do fato para a ação de divórcio, separação e anulação de casamento.

D) do Distrito Federal para as causas em que seja autora a União.

E) de domicílio de seu representante ou assistente nos casos em que o ausente for réu.

## Comentários

Letra A - **Errada**. Incoerente com o que prescreve o art. 53, V, do CPC/15:

Art. 53. É competente o foro:

V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.

Letra B - **Certa**. Segundo consta no art. 48, parágrafo único, II, do NCPC:

Art. 48. O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

Parágrafo único. Se o autor da herança não possuía domicílio certo, é competente:

II - havendo bens imóveis em foros diferentes, qualquer destes;

Letra C - **Errada**. O art. 53, I, do CPC/15, prescreve que:

Art. 53. É competente o foro:



I - para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:

- a) de domicílio do guardião de filho incapaz;
- b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;
- c) de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal;
- d) de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

Letra D - **Errada**. Observe o que aduz o art. 51, parágrafo único, do NCPC:

Art. 51. É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autora a União.

Parágrafo único. Se a União for a demandada, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal.

Letra E - **Errada**. A afirmação destoa da norma do art. 49 do CPC/15:

Art. 49. A ação em que o ausente for réu será proposta no foro de seu último domicílio, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.

**Gabarito: Letra B.**

## 7.(FCC/2022/TRT 17ª Região/Analista Judiciário/Área Judiciária) De acordo com o Código de Processo Civil, a incompetência relativa

- A) deve ser declarada de ofício pelo juiz nas ações que versarem sobre direito indisponível.
- B) pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- C) pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição
- D) implica a nulidade absoluta dos atos praticados pelo juízo incompetente.
- E) deve ser arguida por meio de exceção, em petição autônoma apresentada no mesmo prazo da contestação, sob pena de não poder ser conhecida pelo juiz.

### Comentários

A assertiva B é a correta, visto que está de acordo com o texto do parágrafo único do art. 65 do NCPC:

Art. 65. Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.



Parágrafo único. A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.

**Gabarito: Letra B.**

**8.(FCC/2022/TRT 23ª REGIÃO/Analista Judiciário/Área Judiciária) De acordo com o Código de Processo Civil, é inderrogável por convenção das partes a competência em razão da**

- A) matéria ou da função, mas as partes podem modificar a competência em razão do valor, da pessoa e do território.
- B) matéria, da pessoa ou da função, mas as partes podem modificar a competência em razão do valor e do território.
- C) matéria, do valor, da pessoa ou da função, mas as partes podem modificar a competência em razão do território.
- D) pessoa ou do valor, mas as partes podem modificar a competência em razão da função ou da matéria.
- E) pessoa ou do território, mas as partes podem modificar a competência em razão da função, da matéria ou do valor.

#### Comentários

A alternativa correta é a letra B. Analise o que dispõem os arts. 62 e 63 do CPC/15 sobre o tema:

Art. 62. A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.

Art. 63. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.

**Gabarito: Letra B.**

**9.(FCC/2022/DPE-AM/Analista Judiciário de Defensoria) Carlos e Joana são casados há 10 anos e não tiveram filhos. Em razão de desentendimentos entre o casal, em 2021, este ingressou com o divórcio judicial em face daquela. Sobre a competência para a referida ação,**

- A) é competente o foro do domicílio de Joana, se Carlos ainda residir no antigo domicílio do casal.
- B) a competência deve ser aferida de acordo com o local em que foi celebrado o casamento.
- C) é competente o foro do último domicílio do casal, se uma das partes ainda residir no local.
- D) a competência deve ser aferida de acordo com o foro de situação dos bens imóveis.
- E) é competente o foro do domicílio de Carlos, se Joana ainda residir no antigo domicílio do casal.

#### Comentários



A letra C está correta. É o que se extrai do exame do art. 53, I, b, do NCPC:

Art. 53. É competente o foro:

I - para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:

b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;

**Gabarito: Letra C.**

**10.(FCC/2022/TJ-CE/Analista Judiciário/Área Judiciária) Alcides reside em Fortaleza mas possui imóvel em Juazeiro do Norte, que foi invadido por terceiro. Para se ver reintegrado na posse, deverá ajuizar ação na Comarca**

A) de Juazeiro do Norte, que possui competência absoluta para julgamento do processo.

B) de Fortaleza, que possui competência absoluta para julgamento do processo.

C) de Juazeiro do Norte ou Fortaleza, à sua escolha, por se tratar de hipótese de competência relativa.

D) do domicílio do réu, ainda que não se trate de Fortaleza ou de Juazeiro do Norte, tratando-se de hipótese de competência absoluta.

E) de Juazeiro do Norte ou do domicílio do Réu, à sua escolha, por se tratar de hipótese de competência relativa.

### Comentários

A alternativa certa é a letra A, segundo os ditames do art. 47, § 2º, do NCPC:

Art. 47. Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa.

§ 2º A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

**Gabarito: Letra A.**

## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

### Perguntas

1. Quais são os critérios de determinação da competência absoluta? E a relativa?



2. Diferencie competência absoluta de competência relativa.

---

3. Aponte as diferenças entre os conceitos de conexão e continência.

---

4. O que é um conflito de competência?

---

5. Qual órgão é competente para o julgamento de conflito de competência?

---

6. Apresente as principais hipóteses fáticas de foros especiais previstas na CPC.

---

7. Quais as principais regras previstas no CPC acerca da competência para as ações fundadas em direito pessoal ou direito real sobre bens móveis?

---

8. No tocante à modificação da competência, quando houver continência a regra geral determina a reunião dos processos em razão da economia processual e para evitar decisões conflitantes?

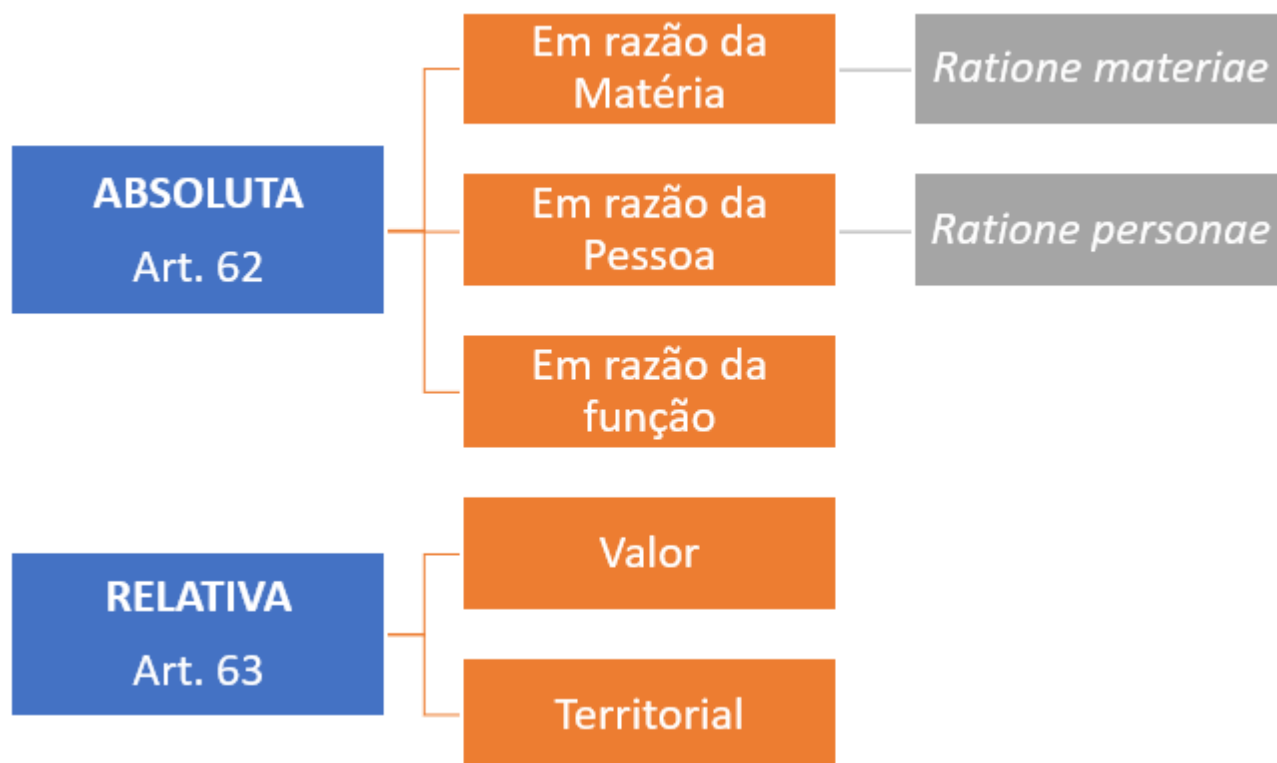
---

9. A respeito da competência, qual a regra estabelecida para as ações de divórcio, quando o casal possui um filho incapaz? E quando o casal não possui filhos?

### Perguntas com respostas

1. Quais são os critérios de determinação da competência absoluta? E a relativa?  
A divisão entre as competências absoluta e relativa ocorreu em função de antigos critérios de valor, matéria, função e território. E a divisão entre uma e outra se dá pela possibilidade de sofrerem ou não alterações e são fixadas da seguinte forma:





## 2. Diferencie competência absoluta de competência relativa.

A **COMPETÊNCIA ABSOLUTA** não é suscetível de sofrer modificações, nem em razão de conexão ou continência e visa preservar o interesse público.

A **COMPETÊNCIA RELATIVA** será suscetível de sofrer modificação pelas partes ou em razão de conexão e continência.

ABSOLUTA	RELATIVA
<ul style="list-style-type: none"><li>• O juiz pode conhecer de ofício</li><li>• Pode ser conhecida em qualquer grau de jurisdição</li><li>• Não é prorrogável e não se modifica pela vontade das partes, por conexão ou continência</li><li>• Não há preclusão de alegação pelas partes, podendo ser suscitada a qualquer momento</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• É vedado ao juiz o conhecimento de ofício</li><li>• Há preclusão de alegação pelas partes e deve ser alegada no primeiro momento que a parte falar no processo</li><li>• Pode ser prorrogada e modificada pela vontade das partes (eleição de foro) ou por conexão e continência</li></ul>



### 3. Aponte as diferenças entre os conceitos de conexão e continência.

#### CONEXÃO

- Serão conexas quando for comum o **PEDIDO** ou a **CAUSA DE PEDIR** (art. 55, caput, CPC)
- A consequência será a reunião das demandas perante um mesmo órgão jurisdicional
- A reunião poderá ocorrer quando o juiz verificar que no caso concreto há possibilidade de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso o julgamento ocorra separadamente (teoria materialista da conexão)

#### CONTINÊNCIA

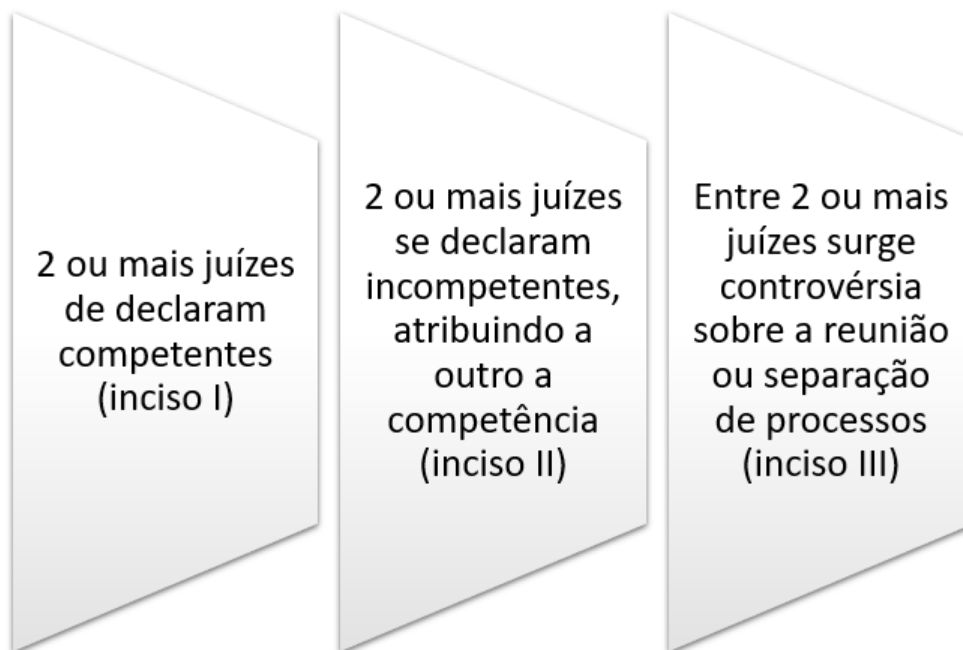
- A continência ocorrerá quando houver **IDENTIDADE DE PARTES** e a **CAUSA DE PEDIR DE UMA ENGLOBA A OUTRA** (art. 56, CPC)
- O pedido de uma é mais amplo e abrange todos os pedidos formulados na outras ações
- A consequência será a reunião dos processos para julgamento em conjunto
- Exceção: se a ação mais ampla (continente) tiver sido proposta anteriormente, na ação contida será proferida sentença sem resolução do mérito (art. 57, CPC)

### 4. O que é um conflito de competência?

O conflito de competência ocorre quando dois ou mais juízes se declaram competentes para julgar um mesmo processo (conflito positivo) ou incompetentes (conflito negativo). As hipóteses de conflito de competência estão fixadas **no artigo 66 e 951 a 959, CPC**. Segundo o **art. 66, CPC**, há conflito de competência:







## 5. Qual órgão é competente para o julgamento de conflito de competência?

O órgão competente dependerá dos envolvidos no conflito:





6. Apresente as principais hipóteses fáticas de foros especiais previstas na CPC.

As principais hipóteses estão previstas no artigo 53, CPC. É competente o foro:



**Art. 53.** É competente o foro:

I - Para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:

- a) de domicílio do guardião de filho incapaz;
- b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;
- c) de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal;

II - De domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos;

III - Do lugar:

- a) onde está a sede, para a ação em que for ré pessoa jurídica;
- b) onde se acha agência ou sucursal, quanto às obrigações que a pessoa jurídica contraiu;
- c) onde exerce suas atividades, para a ação em que for ré sociedade ou associação sem personalidade jurídica;
- d) onde a obrigação deve ser satisfeita, para a ação em que se lhe exigir o cumprimento;
- e) de residência do idoso, para a causa que verse sobre direito previsto no respectivo estatuto;
- f) da sede da serventia notarial ou de registro, para a ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício;

IV - Do lugar do ato ou fato para a ação:

- a) de reparação de dano;
- b) em que for réu administrador ou gestor de negócios alheios;

V - De domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.

---

## 7. Quais as principais regras previstas no CPC acerca da competência para as ações fundadas em direito pessoal ou direito real sobre bens móveis?

As regras das ações fundadas em direito pessoal e em direito real mobiliário estão definidas **no artigo 46, CPC**.

- REGRA: é competente o foro do domicílio do réu.
- Réu com mais de um domicílio será demandado no foro de qualquer deles.
- Réu cujo domicílio é incerto ou desconhecido será demandado onde for encontrado ou no foro do domicílio do autor.



- Réu sem domicílio ou sem residência será demandado no foro do domicílio do autor, se o autor residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.
- Dois ou mais réus com diferentes domicílios serão demandados em qualquer deles, à escolha do autor.
- Na execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no lugar onde for encontrado.

---

## 8. No tocante à modificação da competência, quando houver continência a regra geral determina a reunião dos processos em razão da economia processual e para evitar decisões conflitantes?

Não. O novo CPC não tratou a reunião dos processos, em caso de continência, como regra geral. O **artigo 57, CPC** estabeleceu que quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

---

## 9. A respeito da competência, qual a regra estabelecida para as ações de divórcio, quando o casal possui um filho incapaz? E quando o casal não possui filhos?

O **artigo 53, do novo CPC** estabeleceu, como regra, nas ações de divórcio, que será competente o foro do guardião do filho incapaz e, caso não haja filho incapaz, o foro do último domicílio do casal.

# LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(FCC/2025/TRT - 6ª Região/Analista Judiciário/Área Judiciária) Atenção: Considere o Código de Processo Civil brasileiro para responder à questão.

Clarice pretende ajuizar ação de divórcio. Atualmente, ela mora em Recife-PE e o marido, de quem já está separada de fato, mora em Olinda-PE. A última residência do casal foi em Petrolina-PE, não tiveram filhos, não adquiriram bens e não houve violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse caso, com base nas informações fornecidas, é competente o foro

- A) de domicílio do réu.
- B) de qualquer das partes, à escolha da autora.
- C) do local onde foi celebrado o casamento.
- D) de domicílio da mulher.



E) do último domicílio do casal.

**2.(FCC/2025/DPE SP/Analista de Defensoria) Maria buscou atendimento na Defensoria Pública de São Paulo para ajuizar ação de divórcio. Maria, já separada de fato, atualmente reside em São José dos Campos. O réu, José, mora em Paraibuna-SP. Ambos, quando residiam juntos, tiveram como último domicílio do casal a cidade de Taubaté-SP. O casal não teve filhos, porém Maria relata ter sido vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher. O casal adquiriu apenas um bem imóvel no litoral. O foro competente para a ação é o**

A) local do bem imóvel adquirido pelo casal.

B) domicílio do réu.

C) último domicílio do casal.

D) domicílio da mulher.

E) qualquer dos domicílios, à escolha da mulher.

**3.(FCC/2024/TRF 3ª REGIÃO/Técnico Judiciário) De acordo com o Código de Processo Civil, o Juiz conhecerá de ofício da**

A) incompetência relativa, extinguindo o processo com resolução de mérito.

B) incompetência absoluta, extinguindo o processo sem resolução de mérito.

C) convenção de arbitragem, extinguindo o processo com resolução de mérito.

D) litispendência, determinando a reunião dos processos no juízo que houver despachado em primeiro lugar.

E) incompetência absoluta, determinando a remessa dos autos ao juízo competente.

**4.(FCC/2023/TRT 12ª Região/Analista Judiciário/Área Judiciária) Sobre a competência no Código de Processo Civil, a ação fundada em direito pessoal ou direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro**

A) de domicílio do réu.

B) de qualquer uma das partes, à escolha do autor.

C) da situação da coisa móvel, cujo juízo tem competência absoluta.

D) de domicílio do autor.

E) de eleição, cujo juízo tem competência absoluta.

**5.(FCC/2023/TRT 18ª Região/Analista Judiciário/Área Judiciária) De acordo com o Código de Processo Civil, a competência em razão do valor é**



- A) relativa, tal como a competência em razão da pessoa, podendo ser modificada por convenção das partes.
- B) relativa, tal como a competência em razão da função, não podendo ser modificada por convenção das partes.
- C) absoluta, tal como a competência em razão da pessoa, não podendo ser modificada por convenção das partes.
- D) absoluta, tal como a competência em razão da matéria, podendo ser modificada por convenção das partes.
- E) relativa, tal como a competência em razão do território, podendo ser modificada por convenção das partes.

#### **6.(FCC/2022/DETRAN AP/Analista Jurídico em Trânsito) Segundo o que estabelece o Código de Processo Civil, é competente o foro**

- A) de domicílio do réu, apenas, para a ação de reparação de danos sofrido em razão de acidente de veículos.
- B) de situação de qualquer um dos bens imóveis deixados pelo autor da herança, se este não possuía domicílio certo.
- C) do local do fato para a ação de divórcio, separação e anulação de casamento.
- D) do Distrito Federal para as causas em que seja autora a União.
- E) de domicílio de seu representante ou assistente nos casos em que o ausente for réu.

#### **7.(FCC/2022/TRT 17ª Região/Analista Judiciário/Área Judiciária) De acordo com o Código de Processo Civil, a incompetência relativa**

- A) deve ser declarada de ofício pelo juiz nas ações que versarem sobre direito indisponível.
- B) pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- C) pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição
- D) implica a nulidade absoluta dos atos praticados pelo juízo incompetente.
- E) deve ser arguida por meio de exceção, em petição autônoma apresentada no mesmo prazo da contestação, sob pena de não poder ser conhecida pelo juiz.

#### **8.(FCC/2022/TRT 23ª REGIÃO/Analista Judiciário/Área Judiciária) De acordo com o Código de Processo Civil, é inderrogável por convenção das partes a competência em razão da**

- A) matéria ou da função, mas as partes podem modificar a competência em razão do valor, da pessoa e do território.



- B) matéria, da pessoa ou da função, mas as partes podem modificar a competência em razão do valor e do território.
- C) matéria, do valor, da pessoa ou da função, mas as partes podem modificar a competência em razão do território.
- D) pessoa ou do valor, mas as partes podem modificar a competência em razão da função ou da matéria.
- E) pessoa ou do território, mas as partes podem modificar a competência em razão da função, da matéria ou do valor.

**9.(FCC/2022/DPE-AM/Analista Judiciário de Defensoria) Carlos e Joana são casados há 10 anos e não tiveram filhos. Em razão de desentendimentos entre o casal, em 2021, este ingressou com o divórcio judicial em face daquela. Sobre a competência para a referida ação,**

- A) é competente o foro do domicílio de Joana, se Carlos ainda residir no antigo domicílio do casal.
- B) a competência deve ser aferida de acordo com o local em que foi celebrado o casamento.
- C) é competente o foro do último domicílio do casal, se uma das partes ainda residir no local.
- D) a competência deve ser aferida de acordo com o foro de situação dos bens imóveis.
- E) é competente o foro do domicílio de Carlos, se Joana ainda residir no antigo domicílio do casal.

**10.(FCC/2022/TJ-CE/Analista Judiciário/Área Judiciária) Alcides reside em Fortaleza mas possui imóvel em Juazeiro do Norte, que foi invadido por terceiro. Para se ver reintegrado na posse, deverá ajuizar ação na Comarca**

- A) de Juazeiro do Norte, que possui competência absoluta para julgamento do processo.
- B) de Fortaleza, que possui competência absoluta para julgamento do processo.
- C) de Juazeiro do Norte ou Fortaleza, à sua escolha, por se tratar de hipótese de competência relativa.
- D) do domicílio do réu, ainda que não se trate de Fortaleza ou de Juazeiro do Norte, tratando-se de hipótese de competência absoluta.
- E) de Juazeiro do Norte ou do domicílio do Réu, à sua escolha, por se tratar de hipótese de competência relativa.



## Gabarito

GABARITO



1. A
2. D
3. E
4. A
5. E
6. B
7. B
8. B
9. C
10. A





# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.